

**Banco Caterpillar S.A. –
Conglomerado Prudencial**
**Demonstrações contábeis consolidadas em
31 de dezembro de 2014 e relatório dos auditores
independentes**

Relatório da Administração

Em atendimento à Resolução nº 4.280/13 e Circular nº 3.701/14, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial relativas ao semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Resultado do Exercício e Patrimônio Líquido

O volume de operações de crédito e de arrendamento mercantil realizado no exercício foi de R\$ 1.667.273 mil, encerrando o exercício com carteira de operações de crédito a valor presente de R\$ 3.803.835 mil e carteira de arrendamento mercantil financeiro a valor presente de R\$ 39.623 mil. O volume de operações de compra de direitos creditórios realizado no exercício foi de R\$ 3.653.964 mil, encerrando o exercício com carteira de direitos creditórios a valor presente de R\$ 760.712 mil.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 41.020 mil e o patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 704.821 mil.

Ouvidoria

Em atendimento às disposições da Resolução nº 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, o Banco Caterpillar S.A. instituiu o componente organizacional de ouvidoria, sob a responsabilidade de um Diretor Estatutário, com a atribuição de assegurar a estrita observância às normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação com os clientes e usuários de nossos produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. A ouvidoria pode ser acessada através do telefone 0800-722 7237 ou e-mail ouvidoria@cat.com.

Agradecimentos

Agradecemos o apoio dos acionistas, a confiança depositada pelos clientes e revendedores Caterpillar e a dedicação e o empenho demonstrados por nossos colaboradores na constante melhoria de nossos produtos e serviços.

A Administração

São Paulo, 31 de março de 2015

Balanço Patrimonial - Conglomerado Prudencial em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

ATIVO	2014
CIRCULANTE	2.040.864
Disponibilidades	4.971
Títulos e Valores Mobiliários	1.452
Carteira Própria	142
Instrumentos Financeiros Derivativos	1.310
Operações de Crédito	1.893.124
Operações de Crédito - Setor Privado	2.075.013
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(181.889)
Operações de Arrendamento Mercantil	(206)
Operações de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	22.716
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(22.708)
(-) Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(214)
Outros Créditos	88.371
Diversos	89.240
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(869)
Outros Valores e Bens	53.152
Outros Valores e Bens	55.926
(-) Provisão para Desvalorizações	(2.815)
Despesas Antecipadas	41
NÃO CIRCULANTE	
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.563.048
Operações de Crédito	2.489.534
Operações de Crédito - Setor Privado	2.489.534
Operações de Arrendamento Mercantil	-
Operações de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	27.924
(-) Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil - Setor Privado	(27.924)
Outros Créditos	73.514
Diversos	73.514
PERMANENTE	46.590
Investimentos	3
Outros Investimentos	3
Imobilizado de Uso	2.499
Outras Imobilizações de Uso	5.874
(-) Depreciações Acumuladas	(3.375)
Imobilizado de Arrendamento	44.088
Bens Arrendados	56.998
Superveniência de Depreciação	5.927
(-) Depreciações Acumuladas	(18.837)
TOTAL DO ATIVO	4.650.502

Balanco Patrimonial - Conglomerado Prudencial em 31 de Dezembro

Em milhares de reais

PASSIVO	2014
CIRCULANTE	1.607.864
Depósitos	358.898
Depósitos Interfinanceiros	358.898
Obrigações por Empréstimos	118.977
Empréstimos no Exterior	118.977
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.047.229
FINAME	1.047.229
Outras Obrigações	82.760
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	187
Sociais e Estatutárias	29.432
Fiscais e Previdenciárias	36.762
Diversas	16.379
NÃO CIRCULANTE	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	2.309.524
Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias e Hipotecárias, Debêntures e Similares	205.601
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	205.601
Obrigações por Empréstimos	116.962
Empréstimos no Exterior	116.962
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.984.283
FINAME	1.984.283
Outras Obrigações	2.678
Fiscais e Previdenciárias	1.482
Diversas	1.196
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	28.293
Resultados de Exercícios Futuros	28.293
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	704.821
Capital	489.442
De Domiciliados no País	2
De Domiciliados no Exterior	489.440
Reservas de Lucros	140.245
Lucros Acumulados	75.134
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.650.502

Demonstração do resultado - Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais

	2o semestre	Exercício findo
	2014	em 31 de
	2014	dezembro
	2014	2014
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	206.096	388.912
Operações de Crédito	191.927	367.910
Operações de Arrendamento Mercantil	5.786	12.512
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	64	100
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	8.319	8.390
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	135.099	283.103
Operações de Captação no Mercado	37.820	71.763
Operações de Empréstimos e Repasses	38.676	67.424
Operações de Arrendamento Mercantil	5.023	10.596
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	2.344	7.277
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	51.236	126.043
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	70.997	105.809
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(24.748)	(36.362)
Receitas de Prestação de Serviços	3.619	4.893
Rendas de Tarifas Bancárias	2.664	4.768
Despesas de Pessoal	(15.757)	(30.998)
Outras Despesas Administrativas	(11.756)	(23.387)
Despesas Tributárias	(5.894)	(11.318)
Outras Receitas Operacionais	12.361	30.621
Outras Despesas Operacionais	(9.985)	(10.941)
RESULTADO OPERACIONAL	46.249	69.447
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	1.814	(475)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	48.063	68.972
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(18.906)	(27.952)
Provisão para Imposto de Renda	(7.386)	(17.386)
Provisão para Contribuição Social	(4.717)	(11.985)
Ativo Fiscal Diferido	(6.803)	1.419
LUCRO LÍQUIDO	29.157	41.020

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Banco Caterpillar S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais

	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
Saldos em 31 de dezembro de 2013	462.242	17.109	156.214	31.148	666.713
Aumento de Capital por Capitalização de Juros sobre Capital Próprio	27.200				27.200
Lucro Líquido do Exercício				41.020	41.020
Destinação do Lucro Líquido:					-
Reserva Legal	-	2.051		(2.051)	-
Reserva Especial de Lucros	-	-	(35.129)	36.017	888
Juros sobre Capital Próprio Propostos				(31.000)	(31.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	489.442	19.160	121.085	75.134	704.821
Saldos em 30 de junho de 2014	489.442	17.485	160.115	38.734	705.776
Lucro Líquido do Semestre				29.157	29.157
Destinação do Lucro Líquido:					-
Reserva Legal		1.458		(1.458)	-
Reserva Especial de Lucros			(38.813)	39.701	888
Juros sobre Capital Próprio Propostos				(31.000)	(31.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	489.442	18.943	121.302	75.134	704.821

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Conglomerado Prudencial

Em milhares de reais

	2o semestre	Exercício
	2014	findo em 31 de
	2014	dezembro
	2014	2014
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	29.157	41.020
Ajustes ao Lucro Líquido	131.723	134.274
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	121.110	126.043
IR e CS Diferidos	6.803	(1.419)
IR Diferido sobre Superveniência	547	815
Depreciações	5.375	11.244
Provisão para Contingências Fiscais e Cíveis	1.772	1.328
Insuficiência de Depreciação	(2.338)	(3.781)
Provisão para Perdas em Outros Valores e Bens	961	1.320
Resultado na Venda de Bens Arrendados	-	(431)
Resultado na Venda de Outros Valores e Bens	(2.707)	(777)
Resultado na Venda de Imobilizado	(68)	(68)
Variações em Ativos e Passivos	(206.259)	(228.727)
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Derivativos	(3.003)	(1.951)
Aumento em Operações de Crédito	(320.664)	(345.744)
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	145	9
Aumento em Outros Créditos	2.006	3.660
Baixas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(113.797)	(102.586)
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(35)	26
Redução em Depósitos	(178.935)	(149.787)
Aumento em Obrigações por Emissão de Letras Financeiras	148.042	37.519
Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	259.257	348.732
Aumento (Redução) em Outras Obrigações	32.427	16.171
Redução em Resultados de Exercícios Futuros	(434)	(3.508)
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.872)	(31.268)
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	(45.379)	(53.433)
Atividades de Investimento		
Inversão em Bens não de Uso Próprio	(20.850)	(60.765)
Inversão em Imobilizado de Arrendamento Mercantil	(28.773)	(40.337)
Inversão em Imobilizado de Uso	(1.023)	(1.477)
Alienação de Bens não de Uso Próprio	24.271	70.939
Alienação de Imobilizado de Arrendamento Mercantil	2.185	12.696
Alienação de Imobilizado de Uso	889	889
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimento	(23.301)	(18.055)
Atividades de Financiamento		
Aumento em Obrigações por Empréstimos no Exterior	72.333	72.333
Caixa Líquido Originado das Atividades de Financiamento	72.333	72.333
Redução do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.653	845
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre/Exercício	1.318	4.126
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre/Exercício	4.971	4.971
Aumento do Caixa e Equivalentes de Caixa	3.653	845
	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conglomerado Prudencial é composto pelo Banco Caterpillar S.A. (Banco), Caterpillar Fomento Comercial Ltda. (Caterpillar Fomento) e Caterpillar Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Segmento Industrial II (FIDC), nos termos da Resolução CMN n.º 4.280/13, Circular CMN n.º 3.701/14 e Carta Circular n.º 3.651/14.

O Banco, instituição líder, é subsidiária da Caterpillar Financial Services Corporation e realiza operações de financiamento para aquisição e arrendamento mercantil de equipamentos Caterpillar e demais produtos comercializados pela rede de revendedores Caterpillar no Brasil.

A Caterpillar Fomento é também subsidiária da Caterpillar Financial Services Corporation e tem como objeto social a realização de operações de factoring, porém, neste momento, possui apenas investimentos no FIDC.

O FIDC possui como únicos cotistas o Banco e a Caterpillar Fomento e realiza operações de compra de direitos creditórios de empresas do grupo Caterpillar.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas em atendimento à Resolução n.º 4.280/13 e Circular n.º 3.701/14 e atendem os propósitos específicos da referida resolução. Estas demonstrações foram elaboradas em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

Não estão sendo apresentadas informações comparativas a essas demonstrações contábeis consolidadas conforme previsto no parágrafo 2º do artigo 10 da circular n.º 3.701/14. As demonstrações contábeis do consolidado prudencial não se confundem com as demonstrações contábeis individuais do Banco.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo BACEN são:

- Resolução n.º 3.566/08 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução n.º 3.604/08 – Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução n.º 3.750/09 – Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução n.º 3.823/09 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Resolução n.º 3.973/11 – Eventos Subsequentes;
- Resolução n.º 3.989/11 – Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução n.º 4.007/11 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

- Resolução n.º 4.144/12 – Pronunciamento Conceitual Básico (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva. Com isso, ainda não é possível estimar os impactos contábeis da utilização desses pronunciamentos nas demonstrações contábeis da instituição.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e segundo as Portarias MF nºs 140/84 e 113/88, considerando:

- os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, quando aplicável;
- os rendimentos e encargos, a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos;
- as receitas de arrendamento mercantil, calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período;
- o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil (Nota 8).

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem depósitos bancários disponíveis.

(c) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Os títulos e valores mobiliários estão classificados, de acordo com a Circular nº 3.068/01, do BACEN, na categoria “disponíveis para venda” e estão demonstrados pelo valor atualizado das cotas do fundo de investimento (Nota 5).

Os instrumentos financeiros derivativos contratados (operações a termo – NDF) são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do exercício (Nota 6).

(d) Ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridos (em base *pro rata* dia) deduzidos das correspondentes rendas a apropriar. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir possíveis perdas e leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos e globais da carteira e as normas e instruções do BACEN.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(e) Outros valores e bens

Compostos por bens não destinados ao uso, correspondentes, na sua maioria, a equipamentos Caterpillar disponíveis para venda, próprios, recebidos em dação de pagamento. Estes equipamentos são ajustados a valor de mercado através da constituição de provisão, de acordo com as normas vigentes. As despesas antecipadas consideram as aplicações de recursos cujos benefícios ocorrerão em exercícios seguintes.

(f) Permanente

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, combinado com a depreciação dos bens do imobilizado pelo método linear, com base nas taxas fiscais anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

O imobilizado de arrendamento, representado por máquinas e equipamentos, é demonstrado ao valor do custo de aquisição, reduzido pela depreciação acumulada. A depreciação dos bens arrendados é reconhecida pelo método linear no prazo de vida útil econômica dos bens, considerando uma redução de 30% na vida útil usual, se a operação estiver enquadrada nas condições previstas nas Portarias nºs 140/84 e 113/88, do Ministério da Fazenda. Conseqüentemente, o conglomerado prudencial, visando atender ao regime contábil de competência, constitui ajuste de insuficiência ou superveniência de depreciação, classificado em “despesas de arrendamento mercantil” ou “rendas de arrendamento mercantil”, respectivamente. Este ajuste equivale ao ajuste ao valor presente dos fluxos futuros da carteira de arrendamento mercantil, com base nas taxas implícitas de retorno de cada operação.

(g) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - *Impairment*

Outros valores e bens e créditos tributários são revistos no mínimo semestralmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*. Outros valores de ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente. Esta perda é reconhecida no resultado do período se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

(h) Depósitos interfinanceiros e recursos de letras financeiras

Os depósitos interfinanceiros e os recursos de letras financeiras estão registrados pelos seus respectivos valores contratuais, acrescidos dos encargos contratados, proporcionais ao período decorrido da contratação da operação.

(i) Passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias e cambiais incorridos (em base *pro rata* dia) deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Os ativos e passivos contingentes referem-se a potenciais direitos e obrigações decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros. Essas contingências são avaliadas por assessores jurídicos e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com segurança. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Obrigações legais, fiscais e previdenciárias, são representadas por exigíveis relativos a obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de discussão judicial, constituídos pelo seu valor integral e atualizados de acordo com a regulamentação vigente (Nota 11).

(k) Provisões para imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de adicional de 10% acima de limite específico. A provisão para a contribuição social é calculada às alíquotas de 15% e 9% para o Banco e Caterpillar Fomento, respectivamente, sobre o lucro tributável antes do imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, sobre diferenças temporárias na base de cálculo, são registrados pelos valores prováveis de realização e foram constituídos à alíquota de 25% para o imposto de renda e às alíquotas de 15% e 9% para a contribuição social para o Banco e Caterpillar Fomento respectivamente (Nota 15). O prejuízo fiscal acumulado não possui prazo de prescrição, podendo ser utilizado para compensação de lucros tributários futuros, nos termos da legislação vigente.

(l) Resultado de exercícios futuros

Os resultados de exercícios futuros referem-se a valores relativos a equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil, recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos previstos no contrato de crédito. Em caso de liquidação antecipada ou baixa para prejuízo do contrato, o Banco reconhece imediatamente o saldo acumulado no resultado do período.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa referem-se a disponibilidades em moeda nacional no valor de R\$ 4.971.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Referem-se a cotas de fundos de investimento no montante de R\$ 142. Essas cotas podem ser resgatadas de acordo com o regulamento do fundo. Dessa forma, o valor atualizado das cotas, em 31 de dezembro de 2014, está apresentado em sua totalidade no ativo circulante.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

As entidades que compõem o Conglomerado Prudencial participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais ou de compensação que se destinam a atender às necessidades próprias, visando maximizar os resultados e administrar a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxa de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas de controle e estabelecimento de estratégias de operações e de limites, bem como de outras técnicas de acompanhamento das posições.

Em 31 de dezembro de 2014, as entidades possuíam operações a Termo (NDF), registradas no CETIP S.A.- Mercados Organizados, conforme segue:

<u>Operação</u>	<u>Valor referencial</u>	<u>Diferencial a receber</u>	<u>Valor de Mercado</u>	<u>Ajuste</u>
Compra de Termo (NDF)	51.570	1.496	1.310	(186)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem vencimento em janeiro de 2015.

O valor de mercado é apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.

7. CARTEIRA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL**a) Composição da carteira por operação:**

Descrição	<u>2014</u>
Operações de crédito	
Empréstimos e títulos descontados	1.031.332
Financiamentos	479.966
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	3.053.249
Arrendamento mercantil (Nota 8)	39.623
Outros créditos	869
Total	<u>4.605.039</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

b) Composição da carteira por tipo de atividade econômica dos clientes:

	<u>2014</u>
Setor privado	
Rural	190
Indústria	5.182
Comércio	19.645
Serviços	4.559.686
Pessoas Físicas	20.336
Total	<u>4.605.039</u>

c) Composição da carteira pelos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecido na Resolução nº 2.682/99, do CMN:

	<u>2014</u>			
<u>Nível de Risco</u>	<u>Créditos vincendos</u>	<u>Créditos vencidos</u>	<u>Total das operações</u>	<u>Provisão</u>
AA	1.331.314	-	1.331.314	-
A – atraso até 14 dias	1.594.652	-	1.594.652	7.973
B – atraso entre 15 e 30 dias	773.056	93.885	866.941	8.669
C – atraso entre 31 e 60 dias	423.220	102.639	525.859	15.776
D – atraso entre 61 e 90 dias	51.312	60.433	111.745	11.175
E – atraso entre 91 e 120 dias	5.361	16.935	22.296	6.689
F – atraso entre 121 e 150 dias	10.539	16.735	27.274	13.637
G – atraso entre 151 e 180 dias	3.840	15.842	19.682	13.777
H – atraso superior a 180 dias	10.856	94.420	105.276	105.276
	<u>4.204.150</u>	<u>400.889</u>	<u>4.605.039</u>	<u>182.972</u>

d) A provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre operações de crédito e de arrendamento mercantil apresentou a seguinte movimentação durante o exercício:

	<u>2014</u>
Saldo inicial	(159.517)
Baixa para prejuízo	102.588
Constituição	(126.043)
Saldo final	<u>(182.972)</u>

Durante o exercício, foram recuperados créditos anteriormente baixados da provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 41.283.

e) Créditos renegociados

O saldo dos créditos renegociados ativos na carteira, em 31 de dezembro de 2014, era de R\$ 157.246.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

8. ARRENDAMENTOS A RECEBER

Os contratos de arrendamento mercantil têm cláusulas de opção de compra e são contratados com taxas de juros prefixadas. Os arrendamentos a receber são garantidos pelos próprios bens objeto de arrendamento e os contratos contêm cláusulas de seguro em favor do arrendador.

O valor dos contratos de arrendamento mercantil financeiro é representado pelo seu respectivo valor presente, apurado com base na taxa interna de cada contrato. Esse valor, em atendimento às normas do BACEN, é apresentado em diversas rubricas patrimoniais, as quais são resumidas a seguir:

	2014		
	Arrendamento operacional	Arrendamento financeiro	Total
Operações de arrendamentos a receber	2.538	48.102	50.640
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(2.538)	(48.094)	(50.632)
Imobilizado de arrendamento	15.651	40.968	56.619
Depreciações acumuladas	(13.352)	(5.485)	(18.837)
Superveniência de depreciação	-	5.927	5.927
Perdas em arrendamentos a amortizar	-	379	379
Credores por antecipação do valor residual	-	(2.174)	(2.174)
Valor presente	<u>2.299</u>	<u>39.623</u>	<u>41.922</u>

Os bens objeto de arrendamento financeiro estão comprometidos para venda aos arrendatários, conforme opção destes, por ocasião do término dos respectivos contratos de arrendamento, pelo montante de R\$ 12.119.

9. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS NO EXTERIOR

Os empréstimos no exterior representam recursos captados junto à matriz no valor de R\$ 50.913, indexados à variação cambial do dólar norte-americano, com vencimento em junho de 2020 e recursos captados junto a outras instituições financeiras no valor de R\$ 185.026, indexados à variação do CDI, com vencimentos em dezembro de 2015 e novembro de 2017.

10. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS – INSTITUIÇÕES OFICIAIS

Representam recursos captados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES com vencimentos até abril de 2025 e sujeitos a encargos financeiros equivalentes à variação da taxa de juros de longo prazo – TJLP, à variação da cesta de moedas do BNDES ou à variação cambial do dólar norte-americano, acrescidos de juros conforme as políticas operacionais do BNDES.

11. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Somente o Banco Caterpillar S.A. é parte em processos judiciais de natureza tributária e cível (Nota 3 (j)) e esses processos são relativos a:

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

Processos judiciais de natureza tributária:

- (a) Cobrança de ISS sobre as rendas de contratos de arrendamento mercantil por municípios onde estão sediados os arrendatários: em 31 de dezembro de 2014, os valores possíveis de perda montavam a R\$ 196, não tendo sido constituída provisão para esses processos, por não serem considerados de perda provável. Em 31 de dezembro de 2014 há um depósito judicial para estes processos no valor de R\$ 288, o qual está registrado em outros créditos – diversos;
- (b) Cobrança de ISS sobre os valores pagos a título de reembolso de despesas: em 31 de dezembro de 2014, os valores possíveis de perda montavam a R\$ 2.045, não tendo sido constituída provisão para esses processos, por não serem considerados de perda provável;

Processos judiciais de natureza cível:

- (a) Em 31 de dezembro de 2014, a instituição mantinha provisão para estes processos no valor de R\$ 2.273, cuja probabilidade de perda é provável. A referida provisão está registrada em outras obrigações – diversas. Há também processos cuja probabilidade de perda é possível no valor de R\$ 6.949, para os quais não foi constituída provisão.

12. RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS

Os resultados de exercícios futuros referem-se a valores relativos a equalização de taxas sobre contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil, recebidos antecipadamente e apropriados em função dos prazos contratuais, à rubrica outras receitas operacionais (Nota 14(a) e 17(d)).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 488.442.231 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal e 1.000.000 de quotas, com valor nominal de R\$1,00 cada uma.

Para os acionistas do Banco é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo não inferior a 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado segundo a legislação societária. A reserva de lucros - legal é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. A reserva de lucros – outras é constituída com base no lucro líquido não distribuído após todas as destinações, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral, inclusive com relação ao resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Os lucros líquidos obtidos pela Caterpillar Fomento anualmente terão a aplicação que lhes for determinada pelos quotistas representando a maioria do capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 31 de janeiro de 2014, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 27.200, mediante capitalização do saldo de juros sobre o capital próprio, com a emissão de 27.200.000 ações ordinárias, sem valor

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

nominal e passando o capital social de R\$ 461.242 para R\$ 488.442. Este aumento foi homologado pelo BACEN em 21 de março de 2014.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco, realizada em 30 de abril de 2014, foram aprovados o relatório da administração e as demonstrações contábeis individuais do Banco relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, re-eleição da diretoria, dispensada a instalação de conselho fiscal e destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no valor de R\$ 8.541 entre: (i) reserva legal de R\$ 611; (ii) juros sobre capital próprio no valor de R\$ 32.000 e; (iii) reversão da reserva especial de lucros acumulados no valor de R\$ 24.070 para cobertura do saldo negativo na conta de lucros acumulados.

Em reunião de diretoria do Banco, realizada em 19 de dezembro de 2014, foram deliberados o provisionamento de juros sobre o capital próprio no valor total bruto de R\$ 31.000, o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 0,13 à Caterpillar Brasil Ltda e a capitalização do valor de juros sobre capital próprio correspondente à Caterpillar Financial Services Corporation pelo valor líquido do IR fonte.

14. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os saldos das transações com partes relacionadas eram os seguintes:

	Caterpillar Brasil Ltda	Caterpillar Financial Services Corporation	Caterpillar Inc.	Caterpillar Servicios Ltd.	Total de transações entre partes relacionadas 2014
Ativo (Passivo)					
Outros Créditos - Diversos	1.127	3.900	-	-	5.027
Obrigações por Empréstimos no Exterior	-	(50.913)	-	-	(50.913)
Sociais e Estatutárias - JCP (Nota 13)	-	(26.350)	-	-	(26.350)
Outras Obrigações – Diversas	(28)	-	(88)	(48)	(164)
Resultados de Exercícios Futuros (Nota 12)	(23.182)	-	-	-	(23.182)
Receitas (despesas) do exercício					
Receita de Prestação de Serviços	-	4.870	-	-	4.870
Outras Receitas Operacionais (Nota 12)	16.683	-	-	-	16.683
Outras Despesas Administrativas	(334)	(3.074)	(976)	(485)	(4.869)

A receita de prestação de serviços refere-se basicamente a receitas de representação comercial e comissão sobre intermediação de novos negócios.

b) Remuneração do pessoal chave da administração

A remuneração total do pessoal chave da administração no exercício foi de R\$ 4.306, a qual é considerada benefício de curto prazo. Não ocorreram pagamentos de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, por rescisão de contrato de trabalho, ou remuneração baseada em ações durante o exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) A provisão para imposto de renda diferido no montante de R\$ 1.482, relacionada principalmente à superveniência de depreciação, foi constituída à alíquota base de 25%, de acordo com a Lei nº 9.249/95. Esta provisão foi registrada em outras obrigações – fiscais e previdenciárias no longo prazo.

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	<u>2014</u>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	97.115
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%/9%, respectivamente	(26.198)
Efeito dos Juros sobre Capital Próprio	12.400
Efeito das adições e exclusões permanentes no cálculo dos tributos	(14.154)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	<u>(27.952)</u>

(c) Ativo - créditos tributários

	<u>31/12/2014</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	107.101
Prejuízo fiscal	16.795
Outras adições temporárias	3.376
Total dos créditos tributários (Nota 3(k))	<u>127.272</u>

(d) Expectativa de realização dos créditos tributários

	<u>Saldo</u>
De 01/01/2015 a 31/12/2015	57.044
De 01/01/2016 a 31/12/2016	33.093
De 01/01/2017 a 31/12/2017	19.535
De 01/01/2018 a 31/12/2018	11.734
Acima de 31/12/2018	5.866
Total	<u>127.272</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média de captação, totalizava R\$ 102.452.

16. GERENCIAMENTO DE RISCOS E GESTÃO DE CAPITAL

Em conformidade com as disposições das Resoluções nos. 3.721/09, 3.464/07, 4.090/12, 3.380/06, 3.988/11 e 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional, o Conglomerado Prudencial implementou estrutura de gerenciamento de risco de crédito, mercado, liquidez, operacional e gestão de capital, subordinados à Diretoria Estatutária.

(i) Risco de crédito

O risco de crédito é acompanhado através de monitoramento da situação dos principais clientes, alterações/mudanças de *ratings*, histórico de prejuízo, análises de setores e regiões críticas além da inadimplência por faixa de valor.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

(ii) Risco de mercado

O risco de mercado, por se tratar de carteira banking e conforme mencionado no semestre anterior, migrou da metodologia VaR (valor em risco) para a metodologia EVE – Economic Value of Equity – para o prazo de 252 dias. Outros controles de exposição ao risco também são utilizados como *duration* (duração das carteiras) e descasamentos de taxas e prazos.

(iii) Risco de liquidez

O risco de liquidez é acompanhado através da projeção do fluxo de caixa da Instituição considerando as estruturas de captação disponíveis, os seus limites locais e cenários de estresse, considerando que eventual necessidade adicional será suprida por recursos da matriz.

(iv) Risco operacional

O risco operacional é monitorado através das matrizes de risco elaboradas para todos os processos chave da Instituição, sendo que a exposição a potenciais perdas é acompanhada através dos registros de ocorrência de eventos de perdas. O monitoramento dos eventos de perdas, associado à revisão periódica das matrizes de risco, resultam nos planos de ação para melhoria dos processos e controles internos.

(v) Gestão de capital

A gestão de capital visa identificar, controlar, avaliar e antecipar as necessidades de capital requerido frente aos riscos incorridos, seja em situações normais ou em condições extremas de mercado, além de atender aos requerimentos regulatórios de capital.

O processo de gestão de capital está centrado no acompanhamento mensal da adequação do patrimônio de referência e visa assegurar que a Instituição mantenha uma sólida base de capital para apoiar o desenvolvimento de suas atividades.

Em complemento às análises, são traçados dois cenários – projetado e de estresse – tomando por base o orçamento da Instituição para os próximos três anos, obedecendo as exigências de capital regulatório exigidos. O Banco, em 31 de dezembro de 2014, atingiu o índice de Basileia de 13,67% (2013 – 14,23%), calculado a partir das informações contábeis.

Maiores detalhes sobre as informações relativas à estrutura de gerenciamento de riscos, não auditadas, estão disponíveis na página do Banco na web, no endereço:

www.catfinancial.com.br.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Outros créditos – diversos, no circulante, referem-se, principalmente, a impostos a compensar no montante de R\$ 25.492, a créditos tributários diferidos no valor de R\$ 56.623 e devedores diversos exterior no valor de R\$ 3.900;

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014

Em milhares de reais

- (b) **Outros créditos – diversos**, no realizável a longo prazo, referem-se, principalmente, a créditos tributários diferidos no valor de R\$ 70.649 e a depósitos judiciais no montante de R\$ 2.848;
- (c) **Fiscais e previdenciárias** – referem-se, principalmente, a provisão para imposto de renda e contribuição social sobre lucros no valor de R\$ 29.371, a provisão para imposto de renda diferido no valor de R\$ 1.482 (Nota 15), imposto de renda retido na fonte sobre juros de capital próprio no montante de R\$ 4.650 e a provisão para encargos sociais sobre salários no valor de R\$ 1.805.
- (d) **Outras receitas operacionais**, referem-se, principalmente, a apropriação de resultados de exercícios futuros decorrentes de equalização de taxas dos contratos de operações de crédito e de arrendamento mercantil recebidos antecipadamente no montante de R\$ 21.861 e a mora e multas aplicadas sobre parcelas em atraso de R\$ 6.247;
- (e) **Outras despesas operacionais**, referem-se, principalmente, a despesas com variação cambial sobre empréstimos no exterior no montante de R\$ 6.026, despesas com provisão para passivos contingentes no montante de R\$ 2.050 e a comissão na venda de máquinas reintegradas no montante de R\$ 1.764;
- (f) **Resultado não operacional** – refere-se, principalmente, a provisão para desvalorização de bens não de uso no montante de R\$ 1.320 e ao lucro na venda de máquinas reintegradas no valor de R\$ 777.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária do Banco, realizada em 30 de janeiro de 2015, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$ 26.350, mediante capitalização do saldo de juros sobre o capital próprio, com a emissão de 26.350.000 ações ordinárias, sem valor nominal e passando o capital social de R\$ 488.442 para R\$ 514.792. Este aumento foi homologado pelo BACEN em 26 de fevereiro de 2015.

Nesta Assembleia Geral Extraordinária também foi deliberada a reversão de reserva especial de lucro devido a provisão de juros sobre capital próprio.

* * *

Relatório dos auditores independentes

Administradores e Acionistas
Banco Caterpillar S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Caterpillar S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas. Essas demonstrações contábeis de propósitos especiais foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional (“CMN”) e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil (“BACEN”), descritos na Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e Nota 3 - Principais práticas contábeis.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na Nota 2 - Apresentação das demonstrações contábeis e Nota 3 - Principais práticas contábeis, assim como pelos controles internos que a administração determinou como necessários para permitir a elaboração das referidas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis, preparadas pela administração do Banco, de acordo com os requisitos da Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 – Considerações Especiais – Auditorias de Demonstrações Contábeis Elaboradas de Acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis consolidadas, independentemente

se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 3 (f)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Caterpillar S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações contábeis consolidadas de propósito especial, conforme descrito na Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis e Nota 3 – Principais Práticas Contábeis às referidas demonstrações.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota 2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e Nota 3 – Principais Práticas Contábeis, que divulgamos:

(a) As demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução n.º 4.280 do CMN, e

regulamentações complementares do BACEN. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

(b) Por ser a primeira apresentação das demonstrações contábeis consolidadas anuais do conglomerado prudencial, a administração do Banco optou pela faculdade prevista no § 2º do art. 10, da Circular n.º 3.701, de 13 de março de 2014, do BACEN, e não estão sendo apresentadas, de forma comparativa, as demonstrações referentes às datas bases anteriores.

Outros assuntos

O Banco Caterpillar S.A. elaborou demonstrações contábeis individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2014, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalvas, em 27 de março de 2015.

São Paulo, 31 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4